

Estado, transformismo e supremacia rentista no capitalismo dependente brasileiro contemporâneo / *State, transformism and rentier supremacy in the Brazilian contemporary dependent capitalism*

RODRIGO CASTELO¹

Resumo: Este texto tem por objetivo debater o artigo “Fragmentação da luta política e agenda de desenvolvimento” de Eduardo Fagnani a partir de um comentário crítico ao que parece ser um dos seus objetivos centrais, a saber, contribuir para a superação da fragmentação das forças sociais progressistas nacionais. O texto conclui que a unidade entre as forças de esquerda no Brasil é uma tarefa urgente, não somente para combater o avanço da direita e seus extremistas, mas para colocar em tela o projeto autônomo dos interesses históricos da classe trabalhadora. Para tanto é necessário se ter clareza de quais forças sociais poderão compor uma nova unidade dos trabalhadores urbanos e rurais, necessária para os enfrentamentos em um cenário político cada vez mais polarizado.

Palavras-chave: lutas de classes; transformismo; social-liberalismo; Estado.

Abstract: This text aims to discuss the article “Fragmentation of the political struggle and the development agenda” of Eduardo Fagnani,

1 Professor da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e pesquisador do Grupo de Trabalho da Sociedade Brasileira de Economia Política sobre a Teoria Marxista da Dependência.

from a critical review of what seems to be one of its main goals, namely, to contribute for the overcoming of the fragmentation of the national progressive social forces. The article concludes that the unity among the left wing forces in Brazil is an urgent task, not only to combat the advancement of the right wing and its extremists, but also to put on screen the autonomous project of the historical interests of the working class. For this purpose, it is necessary to be clear which social forces may compose a new unity of urban and rural workers, necessary to fight in a political scenario increasingly polarized.

Keywords: class struggles; transformism; social liberalism; State.

O texto do professor Eduardo Fagnani busca articular três dimensões indispensáveis para o entendimento da atual conjuntura nacional: desenvolvimento econômico, Estado e “questão social”. No fundo, funciona como um texto de agitação, apesar do seu formato acadêmico. É um chamado político para a construção de um consenso das forças progressistas brasileiras. A revolução socialista é tida como utópica e o neoliberalismo é eleito o principal inimigo a ser combatido e derrotado. A única saída seria, no seu entendimento, uma agenda de desenvolvimento inspirada na social-democracia europeia do pós-segunda guerra e nas reformas de base defendidas por João Goulart nos anos 1960.

Do ponto de vista teórico, o artigo condensa parte de uma extensa agenda de pesquisa construída a partir de inúmeros trabalhos, que se propõe a romper com a lógica economicista do crescimento do PIB e os limites das políticas assistencialistas e focalizadas como táticas de combate às expressões da “questão social”. Estamos diante de um estudo no qual as temáticas estruturais são expostas no primeiro plano, abandonando-se o nível de análise da microeconomia e similares na filosofia política, e a neutralidade científica de matriz positivista é negada, mesmo que implicitamente. Política e teoria se mesclam nas suas páginas.

Como são muitos pontos abordados ao longo do texto, limitarei o meu sucinto comentário crítico ao que parece ser um dos seus objetivos centrais, a saber, contribuir para a superação da fragmentação das forças sociais progressistas nacionais. O objetivo é nobre, mas de difícil execução de acordo com a linha argumentativa desenvolvida. Vejamos o porquê.

A especificidade histórica do transformismo petista, tema central para a análise da atual correlação de forças no país, não é abordada. E esta ausência gera tensões entre a linha argumentativa desenvolvida e o objetivo político. A ideia-motriz do texto é que a democracia representativa e o Estado saíram enfraquecidos diante da ofensiva dos mercados financeiros na era neoliberal. Em poucas palavras, “a política deixou de tutelar a economia. A sociedade perdeu capacidade de conter o ímpeto desagregador das forças de mercado” (p. 2). Estado e mercado são analisados como agentes sociais antagônicos e o centro da política giraria em torno desta disputa.

Teriam Estado e mercado interesses opostos? O Estado pode funcionar perenemente como barreira de contenção à acumulação capitalista? Com tais perguntas, podemos analisar a história recente por uma perspectiva diferente da tese da perda de força política do Estado sob o jugo mercantil.

O neoliberalismo inaugura uma nova etapa do capitalismo a partir da ofensiva das frações rentistas das classes dominantes contra os trabalhadores na crise orgânica dos longos anos 1970. Dentro da estratégia das classes proprietárias, o Estado cumpriu um papel central na retomada das taxas de lucros então decrescentes e na recomposição do bloco de poder dominante. Por isto, não ocorreu o desmanche do Estado, mas sim a sua tomada de assalto por diversas vias, desde golpes militares até eleições em pleitos formalmente democráticos.

As teses do Estado mínimo não se concretizaram na sua plenitude e podem ser vistas como um elemento retórico que nos desvia do essencial, pois não houve uma diminuição do Estado, mas sim a refun-

cionalização de antigas estruturas e criação de novas com o objetivo de reverter a crise orgânica. A resultante dos embates pelo controle dos aparatos estatais foi o fortalecimento do Poder Executivo, isto sem falarmos do crescimento da influência dos aparelhos privados de hegemonia na geração de consensos. Talvez o exemplo mais emblemático seja a “blindagem” da economia e a autonomia relativa – tácita ou legal – dos Bancos Central e de Desenvolvimento Nacional, Tesouros Nacionais e demais aparelhos coercitivos de exploração/expropriação frente as demandas públicas por melhores condições de vida. Mas esta blindagem não significa a separação entre política e economia: antes de tudo, é a vitória da grande política neoliberal em estabelecer um novo padrão de reprodução do capital no âmbito global.

Somente no plano da aparência, política e economia podem ser separadas: elas estão intimamente imbricadas e Estado e capital andam juntos, sob hegemonia de diferentes frações das classes dominantes, desde a emergência do modo de produção capitalista. À política, vista em abstrato como vontade geral da nação, nunca se colocou a tarefa de domar o mercado. Ora, esta ideologia serve justamente ao propósito das classes dominantes de mascarar o caráter classista do Estado, que desaparece em nome da igualdade jurídica e do formalismo constitucional. Na verdade, a afirmação de uma suposta política nacional, sem fazer claras distinções entre os projetos societários das classes sociais, mistifica o caráter particularista das ações estatais em favor dos grandes proprietários.

Por certo, formas de governo e instituições estatais mudam historicamente no exercício da supremacia burguesa e a partir das resistências dos trabalhadores, que por vezes têm determinados interesses atendidos, mas o conteúdo de classe do Estado permanece. Mesmo no *Welfare State*, quando a organização dos trabalhadores e a presença do chamado socialismo real tensionaram o cenário político, a aliança histórica entre capital e Estado não se desfez: o conteúdo classista do Estado reafirmou-se tanto na manutenção de altas taxas de lucro do capital financeiro e suas multinacionais quanto no combate militarizado às frações revolucionárias do movimento operário nos países centrais, em que pese ganhos substanti-

vos da classe trabalhadora em termos de renda e direitos sociais. No campo geopolítico, na Europa ocidental/setentrional e no Extremo Oriente, o *Welfare State* funcionou como uma barreira de contenção aos processos revolucionários vitoriosos no pós-segunda guerra no Leste Europeu, China e Sudeste Asiático.

No Estado ampliado neoliberal, as políticas econômicas, sociais e de segurança operam conjuntamente, dentro de uma lógica totalizante, a favor do aumento da extração do mais-valor produzido pela força de trabalho, no atendimento minimalista de necessidades humanas, no apassivamento das lutas populares e na criminalização – e até mesmo militarização – da “questão social” e das organizações mais radicais de esquerda. Além disso, os Estados imperialistas continuam a cumprir com zelo o seu papel de dominação e extração da riqueza dos países dependentes, sejam eles semiperiféricos ou periféricos, reeditando, sob nova roupagem, métodos da acumulação primitiva do capital. Dessa maneira, defende-se aqui a existência da tese do fortalecimento do Estado na era neoliberal, que cumpre papel fundamental na ofensiva do capital financeiro financeirizado ao trabalho e do imperialismo nos países dependentes.

No Brasil contemporâneo, de meados da década de 1990 em diante, constata-se a supremacia do rentismo burguês dentro das políticas econômicas (e sociais), que opera a partir de um Estado ampliado e fortalecido, em especial dos seus aparelhos coercitivos de exploração/expropriação. O tripé macroeconômico, típico do receituário do Consenso de Washington, mantém-se nos dias de hoje a partir de um forte aparato jurídico e midiático e foi duplamente confirmado no último biênio: durante as grandes manifestações de junho/julho de 2013, a presidente Dilma Rousseff lançou um pacto nacional e o primeiro ponto era o da disciplina fiscal para pagamento dos juros, que hoje ainda consomem mais de 40% do orçamento federal. E, logo após a vitória eleitoral em 2014, a mesma presidente anunciou a nomeação de um representante do sistema financeiro nacional para o cargo de

Ministro da Fazenda, hoje aplaudido e incensado no Fórum Econômico de Davos e por assessores econômicos da oposição tucana.

Contudo, a aliança entre os atuais dirigentes do Estado brasileiro e o rentismo burguês é mais profunda do que uma análise da política econômica pode revelar à primeira vista. Em 2003, Chico de Oliveira lançou o texto *Ornitórrinco*, no qual advogava a tese de formação de uma nova classe social no Brasil, uma fusão da aristocracia operária de dirigentes do PT e da CUT com setores do mercado financeiro na atuação dentro dos fundos de pensão, com forte participação de intelectuais relacionados a FGV-SP. Escreve Chico de Oliveira (2003, p. 148):

A nova classe social tem unidade de objetivos, formou-se no consenso ideológico sobre a nova função do Estado, trabalha no interior dos controles de fundos estatais e semiestatais e está no lugar que faz a ponte com o sistema financeiro. Aqui não se trata de condenação moral, mas de encontrar as razões para o que, para muitos, parece uma convergência de contrários despropositada e atentatória contra os princípios do Partido dos Trabalhadores.

Em que pese não estarmos diante de uma nova classe social, mas de um grupo social ligado organicamente às classes dominantes com capacidade política de aumentar a extração do mais-valor da força de trabalho, a expropriação de direitos sociais e o apassivamento de setores maciços da classe trabalhadora, a tese de Chico de Oliveira é acertada. E podemos avançar: não se trata da repetição de antigas fases da longa revolução passiva brasileira: no neoliberalismo, opera-se uma nova síntese, que altera a forma da supremacia burguesa e as bases da acumulação capitalista no Brasil contemporâneo.

Estamos diante, portanto, de uma novidade histórica. Antes, os grupos cooptados das classes subalternas aceitavam participar do bloco de poder dominante em nome de concessões pontuais; hoje temos o transformismo de antigas lideranças social-democratas em agentes ativos do novo padrão de reprodução do capital no Brasil. Essencialmente, a aristocracia operária brasileira se tornou sócia do rentismo burguês na composição

acionária e na direção e gerenciamento de gigantescos fundos de pensão e dos conglomerados do capital financeiro financeirizado. Para constatarmos esta situação, devemos estudar as carteiras de investimento dos fundos de pensão e os seus assentos ocupados nas diretorias e Conselhos de Administração das multinacionais públicas e privadas que operam o subimperialismo brasileiro, bem como os financiamentos oficiais e extraoficiais de campanhas eleitorais direcionados aos partidos governistas.

Com esta nova configuração do capitalismo dependente brasileiro, pode tal aristocracia operária participar de um novo bloco social contra-hegemônico? Pode assumir um caráter anti-imperialista e anti-capitalista, condição necessária para promover rupturas com a dependência e o subdesenvolvimento?

Não se trata somente da decadência ideológica de intelectuais orgânicos do novo sindicalismo e de processos políticos de cooptação, mas fundamentalmente de acordos econômicos entre a aristocracia operária e o grande capital financeiro financeirizado nacional e internacional. Política e economia andam juntas na dominação e só poderão ter seus elos quebrados com uma atuação consistente de ruptura com a ordem nestas duas esferas do ser social, além da cultura, arte, direito etc.

A unidade entre as forças de esquerda no Brasil é uma tarefa urgente, não somente para combater o avanço da direita e seus extremistas, mas para colocar em tela o projeto autônomo dos interesses históricos da classe trabalhadora. Cumpramos à altura desta tarefa histórica. Para isto, temos que ter a clareza de quais forças sociais poderão compor uma nova unidade dos trabalhadores urbanos e rurais, necessária para os enfrentamentos em um cenário político cada vez mais polarizado.

Referências

- FAGNANI, Eduardo. Fragmentação da luta política e agenda de desenvolvimento, *SER Social* (UnB), v. 16, n. 35, p. 253-295, jul.-dez./2014.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Ornitórrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.